



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 267, DE 27 DE SETEMBRO DE 2010

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2010, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARI PARGENDLER

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2009 A AGOSTO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, Art.55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			RS Mil
	Liquidadas (a)	Inscritas em Res- tos a Pagar não Proces- sados (b)	Total (c) = (a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	718.277	8.554	726.831	
Pessoal Ativo	498.439	4.080	502.519	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	162	-	162	
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	12.726	884	13.610	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	485.551	3.196	488.747	
Pessoal Inativo e Pensionistas	219.838	4.474	224.312	
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	337	-	337	

Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	33.308	130	33.438
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	186.193	4.344	190.537
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	228.710	8.463	237.173
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	46.197	1.013	47.210
Despesas de Exercícios Anteriores	1.213	7.450	8.663
Inativos e Pensionista com Recursos Vinculados	181.300	-	181.300
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	489.567	91	489.658
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			479.816.372
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DIP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,102032%	0,000019%	0,102051%
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,224226%			1.075.873
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,213015%			1.022.079

FONTE: SIAFI

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2- O valor de R\$ 12.726.683,40 constante da linha de Sentenças Judiciais com Precatório de Pessoal Ativo, inclui a parcela de R\$ 8.497.229,74 decorrente do pagamento da Contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais em virtude do pagamento de Precatórios relativos a exercícios anteriores.

FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE ALMEIDA
Diretor-Geral

SILVIO FERREIRA
Secretário de Administração e Finanças

SUELY AMARAL DE MEDEIROS SANTOS
Secretária de Controle Interno